



**Mudanças Climáticas e as Pessoas com Deficiência Visual: reflexões sobre a  
(in)acessibilidade na Informação e na Comunicação**

Giselly Gomes<sup>1</sup>  
Michèle Sato<sup>2</sup>  
Regina Silva<sup>3</sup>

**Resumo:** Diante das previsões alarmantes sobre as mudanças climáticas, preparar a população ao enfrentamento dessas ameaças perpassa pela compreensão sobre o assunto, resguardando o direito ao acesso à informação e à comunicação. Neste sentido, este artigo traz reflexões quanto à (in)acessibilidade entre pessoas com deficiência visual (PcDV), buscando compreender o contexto de vulnerabilidades, que inviabilizam a participação social deste grupo no debate climático. À luz da Cartografia do Imaginário, um estudo bibliográfico e entrevistas semiestruturadas com 11 PcDV, em Cuiabá-MT, revelam não apenas as negligências que acometem essas pessoas, como também anunciam táticas de superação a invisibilidade social, potencializadas pela articulação entre a educação ambiental e a justiça climática.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental. Justiça Climática. Pessoas com Deficiência Visual.

**Climate Change and the People with Visual Deficiency: reflections on (in)  
accessibility in Information and Communication**

**Abstract:** In the face of alarming predictions about climate change, to prepare the population to confront these threats runs through the understanding of the subject, safeguarding the right to access to information and to communication. In this sense, this article reflects on the (in)

<sup>1</sup> Possui Graduação em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com Especialização em Instrumentalização e Dinâmica dos Conteúdos de Ciências Naturais no Ensino Médio/UFMT, Mestrado em Educação pela UFMT e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Educação da UFMT. E-mail: [gomes.giselly@gmail.com](mailto:gomes.giselly@gmail.com)

<sup>2</sup> Licenciada em Ciências Biológicas (São Paulo: UNISA, 1982), mestre em Filosofia (Norwich: University of East Anglia, 1992), doutora em ciências (São Carlos: UFSCar, 1997), pós-doutorado em Educação (Université du Québec à Montréal, Canadá, 2007), pós-doutorado em educação na Universidade A Coruña, Espanha, 2014). E-mail: [michelesato@gmail.com](mailto:michelesato@gmail.com)

<sup>3</sup> Possui graduação em licenciatura em ciências biológicas e mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), doutorado em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais (PPGERN) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) (2011) e pós-doutorado em Educação pela UFMT. E-mail: [rasbio@gmail.com](mailto:rasbio@gmail.com)

accessibility among people with visual impairment (PwVI), aiming to understand the context of vulnerabilities, which makes the participation of this group unfeasible in the climate debate. In the light of the Imaginary Cartography, a bibliographic study and semi structured interviews with 11 PwVI, in Cuiabá-MT, reveal not only the negligence that assail these people, as well as announce tactics of overcoming the social invisibility, strengthened by articulation between the environmental education and climate justice.

**Keywords:** Environmental Education. Climate Justice. People with Visual Impairment.

## **Cambios Climáticos y las Personas con Discapacidad Visual: reflexiones sobre la (in) accesibilidad en la Información y la Comunicación**

**Resumen:** Ante las previsiones alarmantes sobre el cambio climático, preparar la población al enfrentamiento de esas amenazas atraviesa la comprensión sobre el tema, resguardando el derecho al acceso a la información y a la comunicación. En este sentido, este artículo trae reflexiones sobre la (in) accesibilidad entre personas con discapacidad visual (PcDV), como forma de comprender el contexto de vulnerabilidades que hacen invisibles la participación social de este grupo en el debate climático. A la luz de la Cartografía del Imaginario, un estudio bibliográfico y entrevistas semiestructuradas con un grupo de 11 PcDV, en Cuiabá-MT, revelan no solamente negligencias que acometen esas personas, pero también anuncian tácticas de superación a la invisibilidad social, potenciadas por la articulación entre la educación ambiental y la justicia climática.

**Palabras claves:** Educación Ambiental. Justicia Climática. Personas con discapacidad visual.

### **1. Denunciando um cenário**

As palavras introdutórias deste texto revelam o cenário de invisibilidades das pessoas com deficiência visual (PcDV) no amplo contexto das mudanças climáticas, correlacionando aspectos quanto ao acesso à informação e à comunicação, enquanto direito humano, ainda legado ao segundo plano às PcDV. É a partir do espaço em que atuam essas pessoas que anunciamos caminhos para um cenário com maior participação social das PcDV.

É inquestionável a contribuição da ciência sobre as questões ligadas às alterações climáticas globais, na qual se destaca os estudos do Intergovernmental Panel of Climate Change (2013). As evidências quanto aos efeitos negativos das mudanças climáticas e as projeções de um cenário ameaçador ao futuro deste planeta apontam as ações humanas como as principais responsáveis pelo aumento das emissões dos gases de efeito estufa na atmosfera (GEE), além do conseqüente aquecimento acelerado da Terra.

Esses estudos refletem no campo da Justiça Climática em que a desigualdade social e demais situação de vulnerabilidade definem o grau de exposição aos riscos ambientais (MILANEZ; FONSECA, 2011). Ou seja, são as camadas populares mais desfavorecidas economicamente quem sofrerão [e já sofrem] os impactos negativos das mudanças

climáticas. Argumentação esta que coaduna ao Relatório Mundial sobre a Deficiência (2012), que afirma que as condições de pobreza são responsáveis pelas causas e consequências das deficiências, sendo que 80% das PcD vivem em países de baixa e média renda. E, diante da elevação do número de desastres, que tendem a registrar maior número de mortes em países pobres e em desenvolvimento, sobretudo em razão de suas vulnerabilidades sociais, econômicas, institucionais e políticas (WILCHES-CHAUX, 1993; LAVELL, 1993; UNITED NATIONS INTERNATIONAL STRATEGY FOR DISASTER REDUCTION, 2015; MARCHEZINI, 2015), é bem provável que estas pessoas e suas famílias estejam mais expostas às injustiças climáticas.

Porém, nos chama atenção o fato de que, mesmo a questão das deficiências estando fortemente relacionada às mudanças ambientais globais, existe uma “cultura da negligência” (WOLBRING, 2009) a esse respeito, a qual evidencia um cenário de “invisibilidade” das PcD no campo político e científico, que se dissemina nos organismos internacionais que veiculam os marcos internacionais e acordos sobre o assunto, a exemplo do próprio Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, que não identifica as vulnerabilidades das PcD (Id, 2009).

Pesquisas sobre as mudanças climáticas com abordagem às PcD (GERALDI, 2009; WOLBRING, 2009; RONO; GAILLARD; MARLOWE, 2017), mostram que reduzir a exposição e a vulnerabilidade dessas pessoas é algo urgente, sendo que as práticas de redução do risco de desastres devem ser multissetoriais, inclusivas e acessíveis, tal qual preconiza o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030 (UNITED NATIONS INTERNATIONAL STRATEGY FOR DISASTER REDUCTION, 2015).

A participação social dos grupos em situação de vulnerabilidade, a exemplo das PcDV, pode contribuir aos estudos sobre as alterações climáticas globais e a prevenção de riscos de desastres, uma vez que [...] “não é o limite individual que determina a deficiência, mas sim as barreiras existentes nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação, na comunicação e nos serviços” (BRASIL, 2012, p. 9). Ou seja, o que restringe a participação social das PcD é a existência de *barreiras incapacitantes*, definidas pelo Relatório Mundial sobre a Deficiência (2012) como sendo *fatores ambientais*, dentre os quais destacamos a “**Falta de acesso**” à comunicação e às informações em formato acessível (Id., 2012, p. 271).

Considerando que o tema das mudanças climáticas é assunto de interesse comum, refletimos sobre os motivos que podem estar relacionados ao fato de que a população

brasileira ainda esteja mal informada sobre as mudanças climáticas e, portanto, despreparada para o enfrentamento das ameaças que se anunciam, conforme afirma Nobre (2015). Nesses termos, nos questionamos se estaria o problema na falta, na qualidade e/ou no acesso desigual à informação e à comunicação sobre o assunto, tendo em vista tratar-se de “uma questão de responsabilidade e cidadania global” (JACOBI *et al*, 2011), de modo que a escola, o meio acadêmico-científico, os meios de comunicação, dentre outros segmentos da sociedade devem promover o debate.

Assim, ensejamos esta investigação sob o viés do movimento por justiça climática, que preconiza o acesso aos processos educativos por parte dos grupos em situação de vulnerabilidade, como forma de possibilitar as melhores escolhas e a elaboração de táticas que minimizem as ameaças do clima (SATO, 2014). Ouvindo as opiniões de um grupo de 11 PcDV sobre o que sabem do assunto, e por quais meios obtém a informação, discutimos os aspectos quanto à acessibilidade da informação e da comunicação sobre as mudanças climáticas.

As imagens aqui apresentadas são descritas, respeitando alguns dos critérios de acessibilidade visual às pessoas com deficiência visual.

## **2. Caminhos que se anunciam**

Guiada pela Cartografia do Imaginário (SATO, 2011), metodologia de pesquisa inspirada na fenomenologia dos 4 elementos de Gaston Bachelard, trazemos os registros e as reverberações sentidas ao longo da construção deste artigo, o qual compõe parte do roteiro de uma “viagem” científica, ainda em curso, rumo à travessia de um doutorado.

Assim, com “[...] um “olhar de passarinho”, que abre fronteiras nunca vistas, acenando que o arco-íris pode estar além do horizonte (SATO, 2011, p. 546), elucidamos nossa aproximação inicial ao universo das questões relativas às mudanças climáticas, verificando como o tema se insere no campo das pesquisas nacionais e internacionais que tratam das especificidades das PcD, especialmente relacionadas à deficiência visual; considerando dados e os diálogos com pesquisadores do campo da educação ambiental, educação inclusiva, comunicação social e sociologia dos desastres, dentre os quais alguns foram estabelecidos com pesquisadores cegos e também com profissionais da área de inclusão de PcDV, atuantes na cidade de Cuiabá-MT.

Desse “olhar passarinho”, sob o foco da Educação Ambiental, conectamos o campo da Justiça Climática e as PcDV em que o “sentir de passarinho” “[...] complementa

as percepções metodológicas” (SATO, 2011, p. 546), ao mesmo tempo em que remete ao que designamos por “Com-Tato”, como forma de enfatizar as reverberações do sentido tátil, na dimensão do “estar e fazer junto”, pressuposto do envolvimento entre pesquisadora e pesquisados(as).

### 2.1. Os lugares do “Com-Tato”

Foi na Associação Mato-grossense dos Cegos (AMC) e no Instituto dos Cegos de Mato Grosso (ICEMAT), localizados no bairro do Porto e no bairro CPA III, respectivamente, onde delimitamos o *locus* desta pesquisa, fazendo-se “sentir de passarinho”. Nesses lugares do “Com-Tato” reverberam o “lugar da intimidade (BACHELARD, 1974) das 11 PcDV entrevistadas.

Cada um desses espaços tem a sua particularidade na prestação de serviços à população com deficiência visual e suas famílias, de modo que a AMC é uma instituição sem fins lucrativos, de âmbito federal, estadual e municipal, que tem por finalidade promover e integrar PcDV, sem qualquer distinção (Figura 1).

**Figura 1.** Vista da AMC em diferentes ângulos (1 = fachada externa; 2 = área interna, que dá acesso ao refeitório; 3 = corredor e a única porta de acesso).



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Destacamos que a Associação está localizada em região considerada como área de risco à inundação e à enchente, conforme apontam documentos oficiais do Núcleo de Proteção e Defesa Civil de Cuiabá (NUPDEC<sup>4</sup>), e já foi palco de enchentes em 1942, 1974, 1995 e 2001 (ZAMPARONI, 2012).

<sup>4</sup> Um mapa das áreas de risco de inundação e enchente em Cuiabá foi disponibilizado via arquivo em pdf, pois não foi publicado pelo órgão.

Já o Instituto dos Cegos de Mato Grosso (Icemat) é uma instituição filantrópica, onde funciona a Escola Especial 25 de abril que é mantida por meio de recursos públicos repassados pelo governo do Estado de Mato Grosso, pela Prefeitura Municipal de Cuiabá e por outras parcerias com instituições privadas. Com o foco na alfabetização em Braille<sup>5</sup> e no Sistema Soroban<sup>6</sup>, cerca de 130 estudantes cegos e com baixa visão, com idade mínima de 07 anos, recebem este atendimento, além de outras atividades como musicalização, informática adaptada e falada e atividade da vida diária, que são ofertadas no contraturno das escolas regulares, como o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) Profª Almira de Amorim Silva. Assim como a AMC, o ICEMAT também apresenta necessidades de reformas e adequação em sua instalação predial (Figura 2).

**Figura 02.** Vista do ICEMAT (1 = Vista dos fundos do terreno; 2 = Vista frontal; 3 = Área interna da administração, com acesso à sala da presidência).



Fonte: Acervo pessoal, 2017; 2018.

Desse “sentir de passarinho”, percebemos que reverbera na AMC e no ICEMAT o sentimento de pertencimento entre as PcDV, já que encontram muito mais do que atendimento às suas especificidades, mas também espaços de engajamento na luta pela superação das muitas barreiras que as limitam ao pleno convívio social e gozo de seus direitos.

Este “sentir passarinho” reflete no envolvimento pessoal estabelecido entre investigador(a) e “o quê” ou “quem” se investiga, transpõe-se como forma de, verdadeiramente, conhecer em profundidade sobre algo (BRANDÃO, 1984). Envolver este explicitado na Cartografia do Imaginário, pela metáfora do “direito da

<sup>5</sup> Método de leitura e escrita utilizado por pessoas cegas ou com baixa visão. Foi criado por Louis Braille.

<sup>6</sup> Também chamado de ábaco japonês, é um instrumento de cálculo utilizado por PcD, e que surgiu na China há cerca de 4 séculos.

janela” e do “direito da árvore”, referindo-se à postura ética de quem faz militância e pesquisa em educação ambiental.

Uma janela traz o mundo externo para o nosso interior, [...]. É o símbolo da apreensão de um mundo em devir [...]. Enxergamos a floresta de nossas janelas, [...]. É o nosso direito do pensamento poético [eu com o mundo...]. A árvore tem sentido imanente e transcendente: das raízes profundas ergue-se um tronco que se verticaliza pela terra, [...], abrindo-se delicadamente em folhas para religar a terra ao céu azul. Saímos da pele que envolve a casa com janelas para ingressar numa pele social de inquietação [...]. É o dever do ato poético [eu e o outro com o mundo...], [...] no coletivo de um mundo que possui várias janelas, no acolhimento ao outro por meio do compromisso ético (SATO, 2011, p. 546).

## 2.2. Do “Com-Tato” com “pássaros” cegos

Ao longo da pesquisa compreendemos quão cruel e excludente é a supremacia do “olhar” humano perante as PcDV, desconsiderando “a cegueira como forma de visão” (SOUSA, 2000)<sup>7</sup> de mundo e, portanto, desqualificando e descartando as mentes das PcDV, como se essas pessoas estivessem condenadas às tragédias humanas e não fossem capazes de construções colaborativas (SOUSA, 2016). Dessa foram, concordamos de que seja urgente uma “reforma do pensamento” para que mudemos a maneira de (con)viver neste planeta (MORIN, 2015), de maneira que a inclusão das PcD na arena de debates em torno do fenômeno das mudanças climáticas possa “dar outros sentidos às linguagens [...]” (SATO; SATURI, 2007, p. 126), apontando outra forma de “olhar” o mundo, na perspectiva da resistência ao atual modelo de “desenvolvimento” presente nas sociedades mercadológicas e excludentes.

Assim, dialogamos com um grupo de 11 pessoas adultas, com idades entre 33 – 50 anos, entre homens (07) e mulheres (04), que apresentam cegueira não congênita (07) e outras com baixa visão (04); verificando o que elas sabem e dizem sobre as mudanças climáticas, quais seriam as fontes principais dessas informações e sob quais condições de acessibilidade. Ademais, procuramos saber se o assunto está entre os de seu maior interesse, se consideram importante o debate, bem como se a AMC e o ICEMAT têm discutido a esse respeito.

Destacamos que essas pessoas atuam nas áreas da Educação (Pedagogia e Música), Comunicação Social (Radialismo), Tecnologia da Informação (Análise e Desenvolvimento

---

<sup>7</sup> Em outra perspectiva, a autora Joana Belarmino de Sousa, fala sobre a “A cegueira como forma de visão”.  
<https://www.youtube.com/watch?v=PhCAMgtBb80>

de Sistemas) e Administração de Empresa. Cada uma delas escolheu um codinome que a identifica nesta pesquisa.

Por meio do gravador de voz de um *notebook* e de um aparelho móvel do tipo *Smartphone*, registramos as entrevistas buscando “atribuir sentido, ao invés de buscar sentido” (MONTEIRO, 2004) no que ouvimos, nos silêncios e nas outras formas de linguagem, como as expressões corporais evidenciadas ao segurar a bengala, o olhar “dançante”, ou indefinido, provocado pelo nistagmo<sup>8</sup>, pois tudo reverberava algum sentido às perguntas.

### **Por mais Palavras na Comunicação**

Em todas as falas evidenciou-se que não existe um desconhecimento sobre as mudanças climáticas por parte do grupo entrevistado, porém, o assunto não estava entre os que mais lhes interessam, apesar de reconhecerem como algo importante. Além disso, afirmaram que a compreensão que possuem sobre as mudanças climáticas estão muito mais vinculadas aos espaços midiáticos da televisão, internet e rádio do que aos espaços educativos que frequentam, ou frequentaram.

**SORRIDENTE**  
**35 anos**  
**baixa visão**

**“[...] Como professora, considero que a escola trabalha de forma muito superficial sobre as mudanças climáticas... A informação é transmitida, porém precisa ser problematizada. E as universidades também têm esse papel [...] Acredito que seja um assunto que deveria ser mais enfatizado nas universidades”.**

Remetem às mudanças climáticas, ao aquecimento global e citam vários exemplos de agressões ao meio ambiente ocorridas no Brasil, especialmente as vivenciadas em Mato Grosso, tais como o desmatamento e as queimadas. Reconhecendo a responsabilidade humana nas alterações climáticas globais, associam o fenômeno climático às situações de desastres, referindo-se ao medo de rompimento da Usina Hidrelétrica de Manso, em Mato Grosso.

---

<sup>8</sup> Movimentos involuntários, comum entre pessoas com retinopatias como a retinose pigmentar (baixa visão), nos quais o olho procura focalizar uma imagem nas regiões da retina, capazes de receberem luminosidade.

**MARCONI  
50 anos  
baixa visão**

**“[...] O culpado pelas mudanças climáticas é a própria demanda da sociedade. É o preço do progresso... A questão de desmatamento, descarte inadequado de lixo no ambiente, contaminação por agrotóxico... [...] se a barreira da usina de Manso estourar, dizem que pode alagar Cuiabá”.**

Apesar de destacarem os meios de comunicação como as principais fontes de informações sobre as mudanças climáticas, também apontaram críticas aos processos de produção do discurso climático presente na mídia brasileira, que vão desde questões relativas à presença de ruídos semânticos, tais como o uso de muitos termos técnicos, até a ausência de recursos como a audiodescrição (AD). Com destaque às emissoras de televisão, reconhecem a não neutralidade dos meios de comunicação e também percebem a existência do teor sensacionalista na intermediação de alguns conteúdos jornalísticos, especialmente quando se trata dos desastres socioambientais. Contudo, não demonstraram preocupação com a prevenção do risco de desastre, havendo quem afirmasse que nada poderia ser feito nessas situações, a não ser cruzar os braços, e esperar pelo pior.

Para Sulaiman e Jacobi (2013), o tom catastrofista, apocalíptico, faz com que as pessoas se sintam paralisadas ou confusas com a avalanche de informações, assumindo posições comodistas, e que resultam em uma percepção de que a realidade é imutável diante de um poder superior. Outro fator que consideramos contribui para esses posicionamentos, está na tendência à naturalização dos desastres, por vezes presente no ambiente de comunicação intermediado pela mídia (PORTELLA, 2017).

Enquanto atividade de mediação linguística que transforma o visual [imagens] em verbal [palavras] (MOTTA; FILHO, 2010), este recurso legitima não apenas um direito das PcDV, como também de idosos e pessoas com deficiência intelectual, no acesso a conteúdos audiovisuais de forma independente. E as entrevistas não só denunciaram a falta da AD na veiculação dos noticiários, em descumprimento ao que estabelece a lei 13.149<sup>9</sup>; como também a consideram um entrave ainda pior ao acesso à informação, sugerindo que pode estar relacionada ao desinteresse por assuntos como a mudanças climática.

---

<sup>9</sup> Conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência, aprovado em 2015, a produção audiovisual brasileira tem que garantir legenda, libras e audiodescrição, resguardando o direito ao acesso às políticas públicas, bem como o acesso à informação sobre todos os temas de interesse de todo(a) cidadão e cidadã.

**TERENA  
28 anos  
cego**

**“Falar de meio ambiente é algo muito visual. Então, é importante a audiodescrição para a PcDV” [...]Talvez outras PcDV ainda não tenham se despertado para a importância de se discutir a questão ambiental, porque não tiveram a oportunidade da militância, como a que eu tive, mas principalmente, porque falta acessibilidade das informações que são veiculadas”**

Apesar do espaço midiático brasileiro destinado ao tema aquecimento global mostra-se bastante significativo (FREIRE, 2018), concordamos que não é o aumento da produção e da circulação de informações que garanta a qualidade da informação (WOLTON, 2010), de modo que alguns autores tratam dos aspectos relacionados à cobertura jornalística e a divulgação científica desta temática (FERREIRA, 2018b; FREIRE, 2018; LAMIM-GUEDES, 2018), afirmam que “falta conteúdo que seja ao mesmo tempo completo e interessante” (FERREIRA, 2018a). Dessa forma, se o discurso da divulgação científica e do jornalismo científico “[...]objetivam comunicar a informação científica de forma acessível para um público mais amplo e variado” (LAMIM-GUEDES, 2018, p. 83), julgamos que isso não esteja ocorrendo em conformidade ao rege o Estatuto da PcD, dada a inacessibilidade na transmissão da informação pelos meios de comunicação, o que acreditamos favorecer o desinteresse sobre as mudanças climáticas entre as PcDV, bem como a falta de percepção crítica em torno das ameaças que se anunciam.

Um dos entrevistados, avesso à mídia televisiva, justificou a sua preferência pela internet, onde navega em vários canais do youtube sobre filosofia, ciência, e podcast, além de sites de notícias como o G1, um dos mais acessados no Brasil (FERREIRA, 2018a). Segundo ele, é importante que a PcDV busque autonomia no uso das tecnologias, para que não fiquem refém do que denominou por “conteúdo fácil” veiculado pela televisão, afirmando que a mídia televisiva brasileira poderia intermediar informações críticas, e acessíveis, sobre os temas relacionados às mudanças climáticas. Para o internauta, os espaços virtuais de comunicação são os mais acessíveis às PcDV, ainda que os leitores de tela utilizados pelas PcDV, não façam a descrição de imagens, gráficos, infográficos e vídeos, muito comuns nas informações sobre as mudanças climáticas; o que poderia ser solucionados por meio da AD, viabilizando, assim, a melhor compreensão da mensagem transmitida.

Mesmo diante dos avanços no aparato legal brasileiro sobre os direitos da pessoa com deficiência, é preciso avançar em sua implementação, a exemplo da disponibilização da audiodescrição, que é insatisfatório, quando comparado à outros países como a Alemanha, Reino Unido, França, Espanha, Estados Unidos e Uruguai, onde o recurso já é uma realidade em cinemas, teatros, museus, programas de televisão (POZZOBON, s.d.). Atualmente, a obrigatoriedade da ferramenta cabe somente nas transmissões digitais e durante 6 horas semanais da programação da emissora, com previsão de alcançar 20 horas até julho de 2020 (BRASIL, 2010).

Ainda que a escola não tenha sido destacada como fonte principal da informação sobre as mudanças climáticas, ela não está excluída da discussão, uma vez que o grupo entrevistado reconhece a sua importância no enfrentamento do problema, destacando o papel da educação ambiental.

**MURDOCK**  
**33 anos**  
**cego**

**“[...] É importante que as pessoas com deficiência visual estejam inseridas no campo de discussão sobre as mudanças climáticas e riscos de desastres, sendo a escola e os meios de comunicação de massa importantes espaços para levar informação... Assuntos como educação ambiental e sustentabilidade devem estar mais presentes nas escolas e associações”.**

O Brasil apresenta importantes iniciativas educacionais ligadas às mudanças climáticas que estimulam este debate sob a interface com a educação Ambiental, conforme orientam as Diretrizes Curriculares da Educação Ambiental, programas educativos como a Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, o Projeto Escolas Sustentáveis e ainda as alterações ao art. 26, § 7, da Lei nº 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), sugeridas pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), inserindo que “os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios”. Ainda assim o desafio à educação está em criar iniciativas educacionais contemplem programa e ações inclusivas no Brasil.

Neste sentido, os apontamentos das entrevistas em relação à escola confirmam a importância de criar espaços por meio dos quais grupos sociais em situação de vulnerabilidade possam se manifestar em prol da construção de mecanismos de resistência contra os modelos de desenvolvimento insustentáveis à manutenção da vida (SATO et al,

2013; SILVA; SATO, 2012; JABER-SILVA, 2012), com a clareza de que, tão fundamental quanto comunicar as ameaças decorrentes das mudanças climáticas, há de se assumir o compromisso no enfrentamento das previsões de injustiças climáticas.

### **3. No limiar da Comunicação**

Frente ao contexto da Justiça Climática, compreendemos que repensar o mundo considerando as percepções das PcDV não signifique um ato de caridade, mas representa tornar legítimo o direito pela participação social.

O histórico de lutas pelos direitos das PcD no Brasil, revelam avanços significativos, marcados pela participação dessas pessoas, com destaque à elaboração da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e que fizeram jus ao lema “Nada sobre Nós sem Nós”<sup>10</sup> (GARCEZ; CONCEIÇÃO, 2015). Porém, muito ainda tem a ser feito, de modo que possa superar com o cenário de “invisibilidade” em torno das PcD no campo das mudanças climáticas.

Se a informação sobre o fenômeno das mudanças climáticas representa uma importante forma de preparar a população para as ameaças que se anunciam, é coerente refletirmos sobre o que e como tem sido veiculado o assunto nos vários espaços sociais, esperando que o acesso dessas informações seja igualitário a todas as pessoas, indistintamente.

A constatação de que os meios de comunicação, especialmente a internet, a televisão e o rádio, estão entre os principais meios de acesso à informação sobre as mudanças do clima, entre as PcDV entrevistadas, confirmando a importante influência desses instrumentos na formação da opinião pública e o considerável potencial educativo e mobilizador da sociedade.

Porém, posto o que rege o Estatuto das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2015), compreendemos que a responsabilidade pela acessibilidade das informações é dever de quem a comunica, de maneira que a complexidade relacionada à inclusão e à participação das PcDV no contexto da justiça climática não estaria apenas relacionado à falta de conteúdo sobre as mudanças climáticas, tampouco no volume dessas informações, visto que “não é a quantidade que assegura a qualidade, e nem a confiabilidade dessas informações (BRANT; CHITA, 2015).

---

<sup>10</sup> Este lema surgiu com o movimento das PcD na África do Sul e comunica a ideia de que nenhuma política que diz respeito a essas pessoas deve ser decidida sem a participação plena do grupo, por melhor que sejam as intenções das pessoas sem deficiência (SASSAKI, 2007).

É preciso esclarecer que governos e empresas têm papel fundamental no cenário das mudanças climáticas, de maneira que a compreensão crítica em torno do assunto permite compreender que as responsabilidades não são iguais. E a quem enseja comunicar a complexidade do clima, seja os meios de comunicação, escolas, ou qualquer outro segmento, é importante que reflita e se empenhe em dispor dos recursos de acessibilidade estabelecidos pela legislação brasileira de inclusão.

No contexto brasileiro, a carência de programas e ações educativos, e inclusivos, que tratem do tema de mudanças climáticas acaba refletindo nos currículos escolares, indicando que a vulnerabilidade educacional em torno dessas questões é alta, de maneira que a situação das PcDV pode estar ainda mais fragilizada.

Portanto, mais do que o acesso à informação, espera-se “formar pessoas motivadas a transformarem os cenários sociais de suas próprias vidas e destinos” (BRANDÃO, 2007), com possibilidades de relações de parcerias entre as PcDV, escolas, universidades, órgãos ligados à Defesa Civil, meios de comunicação, nos quais processos educativos inclusivos mediados pela educação ambiental possam reinaugurar um cenário mais inclusivo no debate sobre as mudanças climáticas. Quiçá, as habilidades identificadas no ICEMAT e a AMC, no campo da comunicação social (radialismo), tecnologia da informação e na educação (pedagogia), possam ser direcionadas na produção de materiais de educomunicação, com o recurso da audiodescrição, fomentando a criação de um coletivo preocupado com os impactos climáticos e que possa, assim, comunicar as injustiças climáticas e as táticas ao seu enfrentamento. Uma perspectiva que também favorece o rompimento de barreiras atitudinais, como o preconceito e os estereótipos, fazendo com que as PcDV sejam vistas como PESSOAS capazes de contribuir e ensinar, ao invés de DEFICIENTES e incapazes.

### **Referências**

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. Tradução Franklin Leopoldo e Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

BRANT, João.; CHITA, Thaís. **Direito à comunicação**. Coleção Caravana de Educação em Direitos Humanos Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR e Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais - Flacso Brasil. Brasília, 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Repensando a pesquisa participante. **Em aberto**, Brasília, ano 3, v. 20, abr., p. 59 – 63, 1984.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. **A pesquisa participante: um momento da educação popular**. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, Câmara dos Deputados, 1996.

\_\_\_\_\_. **Altera a redação da Norma Complementar nº 01/2006 – Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão**. Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006. Brasília, Diário Oficial da União, 2010.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência**: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4ª Ed., Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2012. 100p

\_\_\_\_\_. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Lei 13.146, de 06 de julho de 2015. Brasília, Câmara dos Deputados, 2015.

FERREIRA, Lilian. Mudanças climáticas na internet brasileira: o que estamos divulgando na web? (43 – 60). In: FREIRE, Ana Paula.; FERREIRA, Lilian.; LAMIM-GUEDES, Valdir. (Orgs.). **O que você sabe sobre mudanças climáticas?** São Paulo: Editora Na Raiz, 2018a.

FERREIRA, Lilian. Qual é a informação que chega pelas redes sociais sobre mudanças climáticas? (69 – 80). In: FREIRE, Ana Paula.; FERREIRA, Lilian.; LAMIM-GUEDES, Valdir. (Orgs.). **O que você sabe sobre mudanças climáticas?** São Paulo: Editora Na Raiz, 2018b.

FREIRE, Ana Paula. O Futuro da Terra: Discursos *Inconvenientes*. Como o aquecimento global é significado na mídia brasileira (15 – 42). In: FREIRE, A.; FERREIRA, L.; LAMIM-GUEDES, V. (Orgs.). **O que você sabe sobre mudanças climáticas?** São Paulo: Editora Na Raiz, 2018.

GERALDI, Débora. Pessoas com deficiência visual: do estigma às limitações da vida cotidiana em circunstâncias de riscos e de desastres relacionados às chuvas. In: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor.; GONÇALVES, Juliano Costa (orgs.). **Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RiMa Editora, 2009.

GARCEZ; Liliane; CONCEIÇÃO, Luiz Henrique de Paula Conceição. **Pessoas com deficiência**. Coleção Caravana de Educação em Direitos Humanos Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR e Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais - Flacso Brasil. Brasília, 2015.

INTERGOVERNMENTAL PANEL FOR CLIMATE CHANGE (IPCC). **Working group 1 – contribution to the IPCC fifth assessment report (AR5), climate change 2013: the physical basis**. Stockholm: IPCC, 2013.

JABER-SILVA, Michelle. **O mapeamento dos conflitos socioambientais de Mato Grosso: denunciando injustiças ambientais e anunciando táticas de resistência**. 2012, 253f. Tese (Doutorado e Ciências). Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos. 2012. Disponível em: <https://gpeaufmt.blogspot.com/p/banco-de-tese.html>. Acesso em: 13.04.2018.

JACOBI, Pedro Roberto et al. Mudanças climáticas globais: resposta da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 46, jan-abr, p.135-269, 2011.

LAMIM-GUEDES, Valdir. Sobre o(s) discurso(s) da Divulgação científica: entre tradução e interpretação? (81 – 93). In: FREIRE, Ana Paula.; FERREIRA, Lilian.; LAMIM-GUEDES, Valdir. (Orgs.). **O que você sabe sobre mudanças climáticas**. São Paulo: Editora Na Raiz, 2018.

LAVELL, Allan. Ciencias Sociales y desastres naturales en America Latina: un encuentro inconcluso. In: MASKREY, Andrew. (Ed.). **Los desastres no son naturales**. Cidade do Panamá: La Red, 1993. p. 111-125.

MARCHEZINI, Victor. Redução de vulnerabilidade a desastres: dimensões políticas, científicas e socioeconômicas. In: The Brazilian context of humanistic discussion over the -naturalization of disasters. **WATERLAT-GOBACIT NETWORK WORKING PAPERS**, vol. 2, n. 17, Valencio, N. (Editora). 2015.

MILANEZ, Bruno; FONSECA, Igor Ferraz. Justiça climática e eventos climáticos extremos: Uma análise da percepção social no Brasil. **Terceiro Incluído**, Goiânia, v.1, n.2, Artigo 13, p. 82-100, 2011.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

MONTEIRO, Silas Borges. **Quando a pedagogia forma professores**. Uma investigação otobiográfica. São Paulo: USP, 2004. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. 2004.

MOTTA, Livia Maria Villela de Mello; FILHO, Romeu Paulo. **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

NOBRE, Carlos. **Carlos Nobre: “O Brasil não está preparado para se adaptar ao antropoceno”**, em entrevista exclusiva para a revista Época. [18 dez. 2015]. Entrevistador: Bruno Calixto. Disponível em: <https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2015/12/carlos-nobre-o-brasil-nao-esta-preparado-para-se-adaptar-ao-antropoceno.html>. Acesso em: 26.04. 2016.

PORTELLA, Sérgio. O desastre e a percepção da percepção social do risco: Mariana, pororoca de lama! **Climacom Cultura Científica – Pesquisa, Jornalismo e Arte**, ano 02, v. 02. 2017. Disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/?p=7426>. Acesso em: 21.07. 2018.

POZZOBON, Graciela. **Histórico resumido**. S.d. Disponível em: <http://audiodescricao.com.br/ad/historico-resumido/7/>. Acesso em: 07.08.18

RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE DEFICIÊNCIA. **World Health Organization, The World Bank**. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo (SEDPcD), 2012, 334p.

RONOH, Steve; GAILLARD, J. C.; MARLOWE, Jay. Bridging the Participatory Gap: Children with Disabilities and Disaster Risk Reduction. **International Journal of Mass Emergencies and Disasters**, v. 35, n. 3, p. 271-297, 2017.

SASSAKI, R. K. Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 1. **Revista Nacional de Reabilitação**, ano X, n. 57, 2007, p. 8-16.

SATO, Michèle; SARTURI, André. O caracol surrealista no teatro pedagógico da natureza (123 – 132). In: BRASIL. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental**. Brasília: MEC/MMA/UNESCO, 2007.

SATO, Michèle. Cartografia do imaginário no mundo da pesquisa. In: ABÍLIO, Francisco (Org.). **Educação ambiental para o semiárido**. João Pessoa: UFPB, 2011, p. 539-569.

\_\_\_\_\_. **Mitopoética das águas salgadas**. Cuiabá: GPEA-UFMT, relatório parcial de pós-doutorado, 50p., il, 2014 (mimeo).

SATO, Michèle et al. **Mapeando os territórios e identidades do Estado de Mato Grosso**. Cuiabá: EdUFMT, 2013. 203p.

SILVA, Regina; SATO, Michèle; **Mapa Social: mapeando os grupos sociais do Estado de Mato Grosso – Brasil**. Cuiabá: Edufmt, 2012. 64p.

SOUSA, Joana Belarmino O que vê a cegueira. **Instituto Benjamin Constant – IBC**, Número 16 - Ano 6, Ago. 2000. Disponível em: [http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/revistas/benjamin\\_constant/2000/edicao-16-agosto/Nossos\\_Meios\\_RBC\\_RevAgo2000\\_RELATO.pdf](http://www.ibc.gov.br/images/conteudo/revistas/benjamin_constant/2000/edicao-16-agosto/Nossos_Meios_RBC_RevAgo2000_RELATO.pdf) Acesso em: 20 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **A cegueira como forma de visão**. TEDx Talks [22 nov. 2016]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PhCAMgtBb80>. Acesso em: 04 mar. 16.

SULAIMAN, Samia Nascimento; JACOBI, Pedro Roberto. Os desafios e potencialidades da articulação entre educação ambiental e prevenção de desastres naturais no Brasil. In: **36ª REUNIÃO NACIONAL DA ANPED**, 2013, Goiânia-GO. Disponível em: Acesso em: [http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt22\\_3060\\_texto.pdf](http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt22_3060_texto.pdf). Acesso em: 15.05.2018.

UNITED NATIONS INTERNATIONAL STRATEGY FOR DISASTER REDUCTION.  
**Sendai framework for disaster risk reduction 2015-2030.** Genebra: UNISDR, 2015.

WILCHES-CHAUX, Gustavo La vulnerabilidade global. In: MASKREY, Andrew (Ed.).  
**Los desastres no son naturales.** Panamá, Red de Estudios Sociales en Prevención de  
Desastres en América Latina, 1993. p. 11-41.

WOLBRING, Gregor A Culture of Neglect: Climate Discourse and Disabled People. **M/C  
Journal**, v. 12, n. 4, 2009. Disponível em: <http://journal.media-culture.org.au/index.php/mcjournal/article/view/173>. Acesso em: 23.09.17.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar.** Trad. Juremir Machado da Silva.  
Porto Alegre: Sulina, 2010.

ZAMPARONI, Cleusa Aparecida Gonçalves Pereira. Riscos e desastres naturais em  
ambiente urbano: O exemplo de Cuiabá/MT. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 10,  
ano 8. p. 1-14, 2012.

*Submetido em: 04-02-2019.*

*Publicado em: 30-04-2019.*